



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

118

**Agravo de instrumento nº 332532-0 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Flávio da Silva.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE SERVIÇO HOME CARE, INDISPENSÁVEL AO TRATAMENTO DO AGRAVADO, PACIENTE PARAPLÉGICO, PORTADOR DE ORIFÍCIOS ARTIFICIAIS, ÚLCERA DE DECÚBITO E ANEMIA, CONFORME LAUDO MÉDICO ACOSTADO AOS AUTOS. PROVA DA NECESSIDADE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. MULTA DIÁRIA. RAZOABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE DE JUSTIÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento ou congêneres para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da isonomia, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 2. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 3. Ademais, se o procedimento não estiver previamente elencado pela Administração ou mesmo existir outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não pode ser óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida, é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, *in casu*, o internamento domiciliar em caráter de HOME CARE é estritamente necessário para o tratamento médico, conforme prescrição médica. 4. O princípio da reserva do possível deve ser afastado quando se está diante da garantia do mínimo existencial. 5. As *astreintes* têm a finalidade de compelir o devedor a realizar a prestação determinada pela ordem judicial, observe-se que o valor fixado pelo juízo de piso, qual seja, R\$ 1.000,00 (um mil reais) afigura-se razoável para o cumprimento da obrigação pelo devedor. 6. Instrumental unanimemente improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 332532-0, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 3 de 7 de 2014

  
Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

114  
~

**Agravo de instrumento nº 332532-0 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Flávio da Silva.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo de instrumento diante da decisão interlocutória que deferiu pleito liminar requerido, no sentido de garantir ao agravado, paraplégico há 26 (vinte e seis) anos, portador de orifícios artificiais, úlcera de decúbito e em estado anêmico, o internamento em regime domiciliar (HOME CARE), inclusive com fornecimento de equipe multidisciplinar que se fizer necessário, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme prescrição médica às fls. 38/39.

Em suas razões, às fls. 02/10, o agravante verbera pela reforma do julgado, aduzindo, em síntese, a vedação legal de concessão da tutela antecipada que esgote o objeto da demanda e alega ainda a ausência de verossimilhança das alegações e de não ser o Estado obrigado a custear tratamento diverso daquele definido em sua política de saúde, afirmando ainda que toda e qualquer realização de despesa pelo poder público pressupõe a submissão ao regime jurídico administrativo, e no particular, as diretrizes estabelecidas em lei, sob pena de ferir o princípio da legalidade e da separação dos poderes.

Aduz ainda não ser conferido ao Judiciário prerrogativas para substituir o administrador público no que tange às providências de ordem administrativa.

Afirma também que de acordo com a Lei nº 8.080/90, as terapias ministradas pela rede pública devem ser obrigatoriamente padronizadas, assim a pretensão perseguida viola diretamente o princípio da isonomia, vez que permite que um cidadão isoladamente ou um determinado grupo de indivíduos se beneficie em detrimento de toda a coletividade destinatária das ações e serviços sob o controle do Estado.

Sustenta a importância de se reconhecer o princípio da reserva do possível nos pedidos de tratamento de saúde, ante a ausência de caráter ilimitado dos direitos fundamentais.

Ao final, pugna pela exclusão na multa diária ou ao menos a sua minoração em razão da desproporcionalidade em relação à obrigação imposta, e requer a atribuição de efeito suspensivo à decisão afrontada e, no mérito, que seja o mesmo provido a fim de promover com sua reforma em definitivo.

Acosta documentos de fls. 11/65.

Sem contrariedade, conforme certidão de fls. 101.

~

Parecer da douda Procuradoria de Justiça, às fls. 105/109, pelo improvimento do presente agravo de instrumento, para que seja mantida a decisão interlocutória proferida em primeiro grau.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 4 de junho de 2014

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Relator*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

119

**Agravo de instrumento nº 332532-0 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Flávio da Silva.

**VOTO**

Em juízo de admissibilidade, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525 ambos do CPC, apresentando-se tempestivo e devidamente instruído, passando, deste modo, a processá-lo nos termos da lei.

De início, faço ver que não merece prosperar o argumento suscitado pelo agravante ante a impossibilidade de concessão da tutela antecipada no caso concreto, uma vez que a liminar é uma providência de cunho emergencial, expedida também com fundamental propósito de salvaguardar a eficácia da futura decisão definitiva, no sentido de se evitar o perecimento do direito, o que se afeiçoa ao caso em comento, vez que o ora agravado é portador de várias comorbidades necessitando de internamento domiciliar para manutenção e melhora de sua qualidade de vida.

Constata-se que o agravado é, de fato, paraplégico a 26 (vinte e seis) anos, por conta de um tumor de transecção medular na coluna vertebral, portador de constipação crônica, que já evoluiu para obstrução intestinal, motivo pelo qual teve que ser submetido a uma sigmoidectomia e colostomia, sofre ainda com úlcera no decúbito e anemia, conforme sumário de alta hospitalar de fls. 66, sendo indispensável ao seu tratamento o internamento domiciliar - HOME CARE, custeado pelo agravante, conforme prescrição médica às fls. 38/39.

Nesse passo, o Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196.

Dessa forma, faço ver que o agravado se apresenta com sua saúde bastante fragilizada, com risco de infecção hospitalar iminente, estando melhor assistido em sua residência, conforme entendimento do médico assistente como se vê nos autos.

Outrossim, se o procedimento não estiver previamente elencado pela Administração ou mesmo existir outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não pode ser óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida, é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, *in casu*, o internamento domiciliar

em caráter de *HOME CARE* é estritamente necessário para o tratamento médico, conforme prescrição médica.

Cabe ao Estado, portanto, destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de medicamentos ou congêneres em hipóteses tais, já que, o ser humano é a única razão do Estado, não se encontrando malferidos os arts. 2º; 5º, *caput*, e XXXIX; 37, XXI; 109, I; 197; 198, todos da CF.

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do agravante assegurar aos seus beneficiários o direito à saúde, justifica a imposição da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, colaciono jurisprudência desta Corte de Justiça, conforme aresto abaixo ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CUSTEIO DE TRATAMENTO DE SAÚDE. HOME CARE. SASSEPE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. POR UNANIMIDADE. 1.O pleito enseja obrigação de fazer, no sentido de fornecer o tratamento no regime home care com todos os recursos necessários. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada. 2.O autor, na qualidade de dependente de funcionário público estadual, é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, sendo este sistema destinado à cobertura de despesas decorrentes de atendimento médico-hospitalar, bem como aos atos necessários para o tratamento dos seus beneficiários. 3.O pleito é no sentido de que sejam fornecidos os medicamentos necessários, materiais descartáveis e alimentação industrializada a paciente com o seguinte quadro clínico: traqueostomizado, dependente do Bipap, com sonda nasointestinal, alimentação industrializada, afásico, consciente e hemiplegia direita, totalmente dependente para suas atividades de vida diária e medicamentosa, necessitando de cuidados médicos e de enfermagem permanente, bem como de tratamento fisioterápico motor e respiratório diários e fonoterapia. 4.Verifica-se, pois, o risco de lesão irreparável ou de difícil reparação a justificar a concessão da antecipação de tutela, devidamente concedida pelo juízo a quo e confirmada na sentença. 5.Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. 6.O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida, localizado no *caput* do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. 7. Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição. 8.À unanimidade de votos, NEGOU-SE PROVIMENTO do presente recurso, mantendo-se os termos da decisão monocrática (RA 276897-2/01, 3CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 26/07/2012).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. REFERÊNCIA À DECISÃO ESTRANHA À LIDE. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA. HOME CARE. PROVA DA NECESSIDADE. PODER JUDICIÁRIO. OBSERVÂNCIA DA LEGALIDADE. DEVER DO ESTADO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE E DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Em alguns pontos do presente recurso o agravante parece referir-se a julgado estranho àquele debatido nesta lide, não tendo, tal argumentação, o condão de modificar a decisão monocrática guerreada. 2. A agravada é, de fato, portadora de Paralisia Permanente (pentaplegia), irreversível, não dispondo de condições financeiras para arcar com o internamento domiciliar – HOME CARE, indispensável ao seu tratamento conforme farta documentação acostada aos presentes autos. 3. A agravada é menor, com saúde bastante fragilizada, estando melhor assistida em sua residência, conforme declaração emitida pelo Hospital da Restauração (fl. 45), tendo o Estado a obrigação de disponibilizar o tratamento de que ela necessita. 4. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 5. Se o procedimento não estiver previamente elencado pela Administração ou mesmo existir outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não pode ser óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida, é ampla e irrestrita. 6. Jurisprudência pacífica desta Corte e do STJ. 7. Não restaram vulnerados os dispositivos explicitamente prequestionados. 8. Recurso de Agravo improvido à unanimidade (RA 263400-4/01, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 1º/03/2012).

Por fim, inexistente qualquer afronta à reserva do possível na hipótese em tela, pois este princípio de cunho orçamentário deve ser afastado quando se está diante da garantia do mínimo existencial.

Outrossim, as *astreintes* têm a finalidade de compelir o devedor a realizar a prestação determinada pela ordem judicial, observe que o valor fixado pelo juízo de piso, qual seja, R\$ 1.000,00 (um mil reais) afigura-se razoável para o cumprimento da obrigação pelo devedor.

Ato contínuo, considerando a possibilidade de dano inverso na hipótese em tela, entendo por descabido o pedido de concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento.

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do presente agravo de instrumento, confirmando-se a liminar concedida no juízo de piso, não restando vulnerados os arts. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92; 1º da Lei nº 9.494/97; 26, I, II, da Portaria 963/2013; 2º; 5º, *caput*, e XXXIX; 37, XXI; 109, I; 196; 197; 198, todos da CF e os arts. 273, 527, II e 461, § 4º, ambos do CPC.

É como voto.

Recife, 3 de 7 de 2014

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**